

PESQUISA

TRAJETÓRIAS E MOBILIDADES EDUCACIONAIS DE NEGROS NA PÓS-GRADUAÇÃO (MESTRADO)

MARCOS ANTONIO BATISTA DA SILVA*

A presente notícia apresenta o projeto de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), junto ao Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade (NEGRI). A pesquisa propõe analisar discursos étnico-raciais proferidos por quatro negros, titulados mestres, - duas mulheres e dois homens, residentes na cidade de São Paulo, Brasil e associados à Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN) sobre suas trajetórias educacionais até o mestrado à luz das teorias das relações raciais, bem como dos aportes teóricos sobre desigualdades educacionais no Brasil de autores contemporâneos. Este objetivo geral se traduz em três atividades específicas: captar, descrever e interpretar discursos referentes ao acesso, permanência e as barreiras enfrentadas visando terminar o mestrado.

Início a notícia lembrando e agradecendo Fúlvia Rosemberg, que foi minha orientadora no doutorado na PUC-SP, de janeiro de 2012 a setembro de 2014, - mês de seu falecimento. Fúlvia Rosemberg era uma investigadora qualificada e engajada notadamente, na luta contra as desigualdades de gênero, raça e idade no Brasil. Doutora em Psicologia,

Psicóloga, Fúlvia Rosemberg sempre será lembrada como uma das maiores autoridades do país nos estudos sobre ações afirmativas e educação infantil.

Minha participação neste debate sobre relações étnico-raciais se deve a duas razões principais: primeiramente, desde 2012, venho pesquisando trajetórias educacionais de negros na pós-graduação (mestrado), sob a ótica da raça, racismo e desigualdades educacionais, na linha de pesquisa Aportes da Psicologia Social à compreensão de problemas sociais no NEGRI.

O NEGRI foi coordenado pela professora Fúlvia Rosemberg, que, desde 1992, vinha orientando pesquisadores, negros e brancos, que focalizam entre outros estudos, os das relações raciais, principalmente no contexto da educação brasileira. (Ver: Bento, 1992; Oliveira, 1992; Moro 1993; Oliveira, 1994; Piza, 1995; Bazilli, 1999; Rocha, 2005; Silva, 2005; Ferreira, 2010; Pereira, 2014, Silva, 2014).

Vale observar que, em virtude do falecimento de Fúlvia Rosemberg, em setembro de 2014, esta pesquisa passou a ser orientada por Bader Sawaia, junto ao Núcleo de Estudos da Dialética Exclusão-Inclusão Social (NEXIN) da PUC-SP. Assim, esta pesquisa dialoga também com as dimensões da exclusão social abrangendo as dimensões: objetiva, referente à desigualdade social; ética, referente às injustiças sociais; subjetiva, referente ao sofrimento ético-político produzido pela exclusão social (SAWAIA, B. B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), **As artimanhas da exclusão uma análise ético-psicossocial da desigualdade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006).

Segundo, de minha parte, as razões que me levaram a optar por este tema de pesquisa relacionam-se à minha trajetória acadêmica de pesquisador negro, e à reduzida atenção dado ao tema, a despeito de sua importância na academia.

Eu me autodeclaro negro e tive, desde a infância, um convívio com narrativas sobre questões relacionadas ao preconceito, e às desigualdades, preocupação que se tornou mais evidente à medida que minha trajetória educacional foi se desenvolvendo. Refletir sobre tais questões me levou a eleger a juventude como foco no mestrado, buscando investigar a percepção de estudantes do ensino médio sobre o trabalho e as práticas familiares e educacionais.

O questionamento de um membro da banca examinadora de mestrado sinalizou a ausência da identificação de pertencimento racial dos jovens pesquisados. Este fato me fez refletir sobre meu pertencimento racial e minhas escolhas no processo de discussão sobre relações raciais na sociedade brasileira.

Ao longo de minha trajetória educacional, sempre almejei estudar em uma grande universidade, mas a falta de condições materiais me distanciava dos perfis privilegiados pelas políticas universalistas e programas de pós-graduação no Brasil. Entende-se que, com raras exceções, muitos outros negros (pretos e/ou pardos) no país seguem essa mesma trilha, ou seja, passam por essas privações.

Nesse aspecto, Artes em “Estudantes de pós-graduação no Brasil: distribuição por sexo e cor/raça a partir dos censos demográficos 2000 e 2010”, (ARTES, A. **Estudantes de pós-graduação no Brasil: Distribuição por sexo e cor/raça a partir dos Censos Demográficos 2000**

e 2010. In: 36ª Reunião Anual da Anped, 2013, Goiânia. Sistema Nacional de Educação e Participação Popular: desafios para as políticas educacionais, 2013), apresenta e discute a distribuição de frequência de variáveis selecionadas entre estudantes e titulados da pós-graduação e da população geral, a partir de informações levantadas dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados apontam um perfil predominante dos aprendizes e pesquisadores brasileiros: predominantes do sudeste, brancos, de famílias com os mais altos rendimentos. Na população de 2010, os negros representavam 18,1% e os brancos 79,7%. Nota-se um equilíbrio entre os sexos.

Outra observação, que consta do “Relatório Anual das Desigualdades Raciais no Brasil 2009-2010” (PAIXÃO, M. (Org.). **Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil: 2009-2010.** Rio de Janeiro, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010), refere-se ao acesso de pretos e pardos (negros) à educação superior (pós-graduação). Segundo o Relatório, em 2008, a população total residente no Brasil, vinculada a algum programa de pós-graduação (mestrado e doutorado) foi de 325.907 pessoas. Desse montante, 258.738 eram brancos. As pessoas desse grupo de cor ou raça compunham 79,4% do total dos alunos cursando mestrado ou doutorado no Brasil. Já os pretos e pardos, vinculados a algum programa de pós-graduação, eram 65.045, representando apenas (20,0%) do total dos estudantes de mestrado e doutorado matriculados no país.

Em “Mestres 2012: Estudos da demografia da base técnico-científica brasileira Mestres e doutores no Brasil: uma introdução”

(CGEE. **Mestres 2012**: Estudo da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF, Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2012), apreende-se que a população de mestres e doutores é muito mais branca do que a população como um todo. Apesar de os brancos representarem 47% da população total, eles constituem aproximadamente 80% dos graduados em curso superior, que possuem mestrado e doutorado.

O fato de que a desigualdade e a pobreza têm cor no Brasil faz com que nossas políticas sociais, supostamente universais, terminem por obter resultados insuficientes, na medida em que não contribuem para a superação dessa ordem de desigualdade.

Temos crescimento econômico, científico e tecnológico. Porém, as desigualdades sociais continuam sendo uma marca da sociedade brasileira. Assim, por exemplo, no “Plano Nacional da Pós-Graduação 2011-2010”, só encontramos poucas referências sobre a questão étnico-racial. Conforme o documento, “constata-se uma grande desigualdade quando a comparação é feita levando-se em consideração alguns fatores como a questão regional, o pertencimento étnico, o gênero, a sexualidade, a condição social, entre outros” (BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020. Brasília, dez. 2010. p. 39).

Entende-se que essas situações de desigualdade racial decorrem de uma matriz histórica que pode ser expressa ao revisitarmos a literatura sobre relações raciais no Brasil.

Vale ressaltar para esta pesquisa que a Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, aprovou o “Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024” (BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 junho de 2014, aprova o Plano Nacional

de Educação - PNE 2014-2024). Cinco das 20 metas do novo PNE tratam especificamente de atividades da Educação Superior.

No que se refere à questão étnico-racial no “PNE 2014-2024”, a meta 8, propõe elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e quatro anos de modo a alcançar o mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional. Tais metas mostram que os desafios para a Educação Superior são expressivos e vão exigir um plano de articulação bem elaborado entre governos e instituições formadoras, para que possam ser efetivamente alcançadas.

A minha decisão de trilhar conscientemente esse caminho intelectual foi sempre uma opção excepcional e difícil. De modo geral, o negro que busca a pós-graduação é um indivíduo pertencente a grupos de menor *status* socioeconômico e que tiveram de superar barreiras raciais e desigualdades sociais durante sua trajetória educacional e de vida (renda, região e local de residência, educação), aspectos estes limitadores do acesso a melhores condições de vida e aos bens e serviços que garantem estes direitos, que frequentou escolas de ensino fundamental e médio da rede pública e graduação em faculdade particular, que com raras exceções com déficits no aprendizado: idiomas, ferramentas tecnológicas, técnicas de redação, entre outros. Será que este é o perfil da maioria dos alunos brancos da educação superior das universidades federais?

Vivemos, pois, um momento ímpar da agenda das políticas educacionais pela introdução de um novo tema: políticas de ação afirmativa na educação. Em décadas passadas, a grande maioria dos estudos discutia a trajetória do negro antes de chegar à graduação, hoje já discutimos a mobilidade educacional do negro.

Na pesquisa que estou desenvolvendo foi adotado, primeiramente, o conceito de raça, da perspectiva de (ROSEMBERG, F. **Ação afirmativa no ensino superior brasileiro: pontos para reflexão.** 2006 mimeo). Além de (GUIMARÃES, A. S. A. Preconceito de cor e racismo no Brasil. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 47, n. 1, 2004, pp.9-43). Os autores entendem o termo raça como uma construção social e um conceito analítico fundamental para a compreensão de desigualdades socioestruturais e simbólicas observadas na sociedade brasileira. Portanto, o sentido atribuído ao termo raça não é aquele da biologia, sentido, mas que permanece vivo no senso comum para classificar hierarquicamente segmentos sociais. O debate conceitual sobre os conceitos raça e etnia é intenso, tanto no Brasil, quanto no exterior.

Entendemos que certas discriminações são subjetivamente justificadas ou inteligíveis somente pela ideia de raça, que é usada para classificar e hierarquizar pessoas e segmentos sociais. O uso do conceito de raça, como uma construção social, ajuda a atribuir realidade social à discriminação e, conseqüentemente, a lutar contra ela. O uso do conceito de raça ajuda a atribuir realidade social à discriminação e, conseqüentemente, a lutar contra ela.

No que se refere ao racismo, adotamos uma concepção que integra as dimensões estrutural e simbólica na compreensão da produção

e reprodução das desigualdades raciais, fundamentos em (ESSED, P. **Understanding everyday racism: interdisciplinary theory.** Londres: Sage, 1991. (ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, P. V. B. da. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 125-146, jan/jun 2003. (GUIMARÃES, A. S. A. **Como trabalhar com "raça" em sociologia.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29, n. 1, pp. 93-107, jan./jun. 2003).

Isto porque no plano simbólico, o racismo manifesta-se na aceitação da crença da superioridade, entendida como natural, de um grupo racial sobre outro. No plano estrutural, os diferentes segmentos raciais têm, sistematicamente, acesso desigual a bens materiais e não materiais.

Ao se deter no tema das relações raciais, esta pesquisa propõe problematizar, no que diz respeito à meta política de enfrentamento das desigualdades raciais no sistema educacional brasileiro, ao dar visibilidade à presença negra, titulada mestre, no país.

O ponto de partida é a sociedade que assume o racismo e que vem procurando enfrentá-lo por diversas práticas sociais, particularmente as que se referem às políticas educacionais. O foco aqui está na desigualdade de acesso e permanência.

Para compreendermos as trajetórias de negros titulados mestres, resultado do acesso, permanência e sucesso na educação superior/pós-graduação, faz-se necessário, por um lado, refletir sobre as desigualdades sociais que são atribuídas à herança do passado escravista, à política de branqueamento da passagem do século XIX para o XX, à histórica

condescendência das elites brasileiras com desigualdades sociais e ao racismo estrutural e simbólico contemporâneo.

Por outro, atentar-se também às modificações ocorridas na educação superior. Se a educação opera como um fator relevante para a ascensão social, também a educação se modifica historicamente. Sotero sublinha que “Quando aumentam as oportunidades de ingresso, e os critérios de seleção são mais diversos, ocorrem certamente modificações nas estratégias dos indivíduos para que estes se adaptem às novas condições sociais” (SOTERO, E. C. **Trajetória Educacional de Jovens Negros Beneficiados por Políticas de Ação Afirmativa na Cidade de Salvador**. Mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010).

Na contemporaneidade, apontam-se as políticas de ação afirmativa como uma das estratégias, mas não a única, de combate ao racismo e à desigualdade racial brasileira. Programas como os de estabelecimento de cotas com vistas à ampliação do acesso de estudantes negros à educação superior, assim como programas de combate ao racismo institucional, vêm sendo adotados em várias localidades do país, a fim de limitar a reprodução de estereótipos que afetam o acesso às oportunidades iguais.

Os estudos sobre relações raciais no Brasil contemporâneo têm se desenvolvido, nas últimas décadas, devido ao impulso de uma série de iniciativas nacionais e internacionais. A exemplo, no âmbito internacional, a I Conferência Mundial contra o Racismo, a discriminação racial, xenofobia e as formas conexas de intolerância realizada em 2001, que contou com a participação do Brasil e de mais de

172 países, 4 mil organizações não governamentais (ONGs) e um total de mais de 16 mil participantes (SILVA, M. L. **Discursos de mães negras sobre educação e cuidado de crianças de até três anos de idade**. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014).

No cenário nacional, merecem destaque: a criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em 2003, e o Estatuto da Igualdade Racial, aprovado pela Presidência da República em 2013. Observa-se, ainda, o desenvolvimento de programas de valorização da cultura e da história negra.

A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de Instituições de estatística e de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIESE) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), mostram que grandes diferenciais raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira; no que diz respeito à saúde, renda, acesso a empregos, violência, expectativa de vida e educação, essa última, nosso foco de atenção.

Segundo Velloso, para a formação de um pesquisador fazem-se necessários anos de estudos. “O debate sobre modelos de formação pós-graduada tem sido, por sua vez, um dos temas centrais em discussões que envolvem esse nível de ensino, talvez até como corolário de sua expansão e consolidação” (VELLOSO, J. *Mestres e doutores no país: destinos profissionais e políticas de pós-graduação*. **Caderno de**

Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, v. 34, n. 123 set/dez 2004, pp. 583-611). Uma particularidade da sociedade brasileira é que a formação e a prática em pesquisa ocorrem, quase que exclusivamente, no âmbito da pós-graduação.

Assim, para a pesquisa que estou desenvolvendo, define-se a seguinte questão como problema desta pesquisa: como as pessoas que passaram pelo sistema educacional relatam essas trajetórias? Esta pesquisa aponta para o argumento de que a escolarização dos indivíduos, em suas trajetórias educacionais, se dá de forma desigual entre negros e brancos como aponta Teixeira (TEIXEIRA, M. de P. **Negros na universidade:** identidade e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003). Para sustentar esta proposição, será realizada uma análise de discursos pautada na teoria sobre relações raciais e desigualdades educacionais da população negra no Brasil.

Assim, os capítulos desta tese estão sendo organizados da seguinte maneira: o primeiro capítulo apresentará os estudos sobre relações raciais em conexão com as teorias sobre desigualdades educacionais da população negra no Brasil; no campo metodológico utilizaremos a hermenêutica de profundidade (HP), proposta por J. B. Thompson em seu livro “Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa” (THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna:** teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011).

O método desenvolvido por J. B. Thompson, da HP propõe o estudo da construção e contextualização social das formas simbólicas. Para esta tese, as formas simbólicas a serem analisadas serão discursos

proferidos por mestres negros (pretos e/ou pardos), residentes no Estado de São Paulo, sobre suas trajetórias educacionais, captados em entrevistas individuais semiestruturadas e transcritas em forma de texto.

O segundo capítulo contempla o contexto sócio-histórico: as desigualdades na educação e trajetórias educacionais da população negra no Brasil. Ou seja, no acesso e término do mestrado, bem como das mudanças recentes: o Estado, os movimentos sociais e as famílias.

No terceiro capítulo, serão apresentados os procedimentos utilizados para a constituição do *corpus* da pesquisa que serão as transcrições das entrevistas dos mestres negros paulistas para sua análise, seguindo os preceitos éticos de pesquisas que envolvem seres humanos.

A interpretação/(re)interpretação dos dados será tratada nas considerações finais da tese.

*Pós-doutorando, bolsista PNPd/Capes no Programa de Pós-graduação em Psicologia Educacional do Centro Universitário FIEO, Osasco, SP. Doutor em Psicologia Social pela PUC-SP, com Doutorado Sanduíche no Exterior PDSE/Capes na Universidade de Coimbra, Portugal, junto ao Centro de Estudos Sociais (CES). E-mail: marcos.psico@yahoo.com.br.